



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjstj.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000153-79.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **EDNALVA SEMEÃO TOMAZ**
 Requerido: **Monika Cristina Iacomini**

C O N C L U S ã O

Em 12 de maio de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO. Eu, _____, Marcos Eduardo dos Santos, Oficial Maior, subscrevi.

Proc. nº1687/08

Vistos etc.

Sentença em separado (01 folha digitada).

S. C., 12/05/2014

JUIZ DE DIREITO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Vistos etc.

EDNALVA SEMEÃO TOMAZ, já qualificada nos autos, moveu Ação de Despejo por Falta de Pagamento contra **Monika Cristina Iacomini**, também já qualificada, alegando, em síntese, que locou à suplicada imóvel residencial, situado nesta cidade, na rua Rua Jesuino de Arruda, 1365, Jardim Sao Carlos-SP, pelo aluguel mensal e atual de R\$759,00, mais encargos de locação, e que não lhe foram pagos os alugueres vencidos desde novembro de 2013.

A ré foi regularmente citada (página 23), mas não se defendeu nem requereu prazo para purgação da mora.

A autora desistiu da cientificação dos fiadores (página 30).

É o relatório.

DECIDO.

A ação procede, eis que com a revelia presumem-se aceitos como verdadeiros, os fatos alegados na inicial (art. 319, do CPC), notadamente a existência de locação e o atraso no pagamento de alugueres e demais encargos da locação. Tais fatos acarretam a consequência jurídica do despejo.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente a ação**. Em consequência, decreto o despejo pedido, declarando rescindido o contrato de locação e assinalando à requerida o prazo de 15 dias para desocupação voluntária.

Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, já fixados em 20% do débito. Tais verbas, somente poderão ser exigidas neste feito, em execução desta.

Transitada esta em julgado, expeça-se mandado de notificação e despejo.

P.R.I.C.

segunda-feira, 12 de maio de 2014

Themístocles Barbosa Ferreira Neto
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**